



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001515/2023-88

Assunto: Instauração de Processo - SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Gestão e Governo Digital

UNIDADE: UCRH - Unidade Central de Recursos Humanos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de esclarecimentos acerca do piso salarial da enfermagem. Pedido não objeto da LAI. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00276/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à UCRH - Unidade Central de Recursos Humanos, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão respondeu inadequadamente que a solicitação do requerente não é um pedido de informação amparado pela Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão esclareceu que elaborar estudos sobre o assunto não faz parte das atribuições do órgão: *"Considerando tratar-se de tema afeto a outros órgãos da Administração, cuja definição extrapola as competências desta Unidade, encaminho o que segue abaixo, certa de que se encontram exauridas as possibilidades de resposta para o pleito em apreço. Nestes termos, inferimos que no âmbito deste órgão central não há estudos ou informações a serem disponibilizadas."*
4. No caso concreto em análise verifica-se que o ente esclareceu que os documentos solicitados não existem.
5. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista, desta forma a declaração de inexistência da informação é considerada resposta satisfatória para fins de Lei de Acesso à Informação, sendo oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme precedentes desta Controladoria Geral do Estado, a exemplo das Decisões CGE-CODUSP/LAI 007/2023 e CGE-CODUSP/LAI 309/2022, entendimento também consolidado no plano federal pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, como pode ser observado no disposto na Súmula CMRI nº 6/2015:

6. **“INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO** – A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho.”
7. Assim, considerando que o órgão comunicou para o interessado que os documentos solicitados não foram produzidos, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.

São Paulo, 11 de agosto de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 11/08/2023, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site